



Câmara Municipal de Itaquapecetuba

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA DE FINANÇAS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2019 REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2019.

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às 18h00 horas, a **Comissão de Finanças e Orçamento**, constituída nos termos do artigo 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaquapecetuba, tendo como membros do ano Legislativo de 2019, os seguintes Vereadores: *Carlos Alberto Gomes Santiago Barbosa, Adriana Aparecida Félix e ausência do Armando Tavares dos Santos Neto*, sob a presidência do primeiro, reunidos no Plenário Vereador Maurício Alves Brás, na Câmara Municipal de Itaquapecetuba. Estiveram presentes Vereadores *João Batista Pereira de Souza e Élio de Araújo*. Com a palavra o Vereador **Carlos Alberto Gomes Santiago Barbosa**, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declara aberta a presente Audiência: Que o objetivo desta Audiência em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e que o Poder Executivo demonstrará para avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre de 2019. Convido para adentrar ao Plenário, o "Magrão" do Sindicato - integrantes do Conselho Municipal de Saúde, o Fábio Aparecido, a Cida do Conselho e o Tadeu Amaral, para fazerem parte da audiência pública e o Senhor José Heleno Antonio Pinto – Secretário Municipal de Santa Isabel. Com a palavra **Sergio Ruiz Armiliato**, *Secretário Adjunto de Finanças*. "Em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, Artigo 9º, § 4º, estamos avaliando o desempenho da execução orçamentária referente ao 1º quadrimestre de 2019, em relação às metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.) para o exercício de 2019.

- Prefeitura Municipal arrecadou até 30 de Abril de 2019, R\$ 226.063.384,75 (duzentos e vinte e seis milhões sessenta e três mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) o IPSMI R\$ 25.474.082,90 (vinte e cinco milhões quatrocentos e setenta e quatro mil oitenta e dois reais e noventa centavos), perfazendo o total do Município de R\$ 251.537.467,65 (duzentos e cinquenta e um milhões quinhentos e trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), correspondente a 29,97 % do total da receita prevista na L.D.O. de 2019.
- Quanto às despesas correntes e de capital, no período foram liquidadas R\$ 182.919.027,18 pela Prefeitura Municipal; R\$ 13.346.736,30 pelo IPSMI e R\$ 4.047.869,56 pela Câmara Municipal, sendo o montante consolidado do Município



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

de R\$ 200.313.633,04 (duzentos milhões trezentos e treze mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos) correspondente a 33,13 % das despesas fixadas na L.D.O. do exercício de 2019.

Assim o resultado da execução orçamentária do exercício foi de superávit de R\$ 51.223.834,61 (receita menos despesa), sendo esse superávit composto pelo superávit de R\$ 12.127.346,60 do IPSMI e superávit de R\$ 39.096.488,01 da administração direta (PMI e Câmara).

- No tocante ao Resultado Primário que é a diferença entre a receita fiscal e a despesa fiscal, o município obteve um resultado positivo da ordem de R\$ 29.523.845,28 sendo, receita fiscal de R\$ 233.160.032,49 (receita total de R\$ 233.539.903,86 menos receita financeira de R\$ 379.871,37) e despesa fiscal de R\$ 203.636.187,21 (despesa pagas do exercício R\$ 140.284.438,72 menos amortização da dívida R\$ 1.905.092,88 mais restos a pagar pago no exercício R\$ 65.256.841,37).
- Quanto ao Resultado Nominal, que é a diferença entre a dívida fiscal líquida em 31/12/2018 e a dívida fiscal líquida no final do quadrimestre (30.04.2019), o município obteve um resultado positivo da ordem de R\$ 8.540.427,19 (oito milhões quinhentos e quarenta mil quatrocentos e vinte sete reais e dezenove centavos), considerando que o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício de 2018 era de R\$ 247.099.894,00 passando no final do quadrimestre (30.04.2018) para R\$ 238.559.466,91.
- Salientamos que o município dispendeu R\$ 21.234.747,25 dos recursos próprios em ações de atendimento à educação, que somados aos R\$ 17.007.055,03 retidos das transferências constitucionais para formação do Fundeb, totalizam R\$ 38.241.802,28 representando assim 27,94% das receitas de impostos e decorrentes deles quando o mínimo obrigatório é 25%.
- Dispendeu também dos recursos próprios R\$ 29.945.423,68 em ações de atendimento à saúde representando assim 21,88% das receitas de impostos e decorrentes deles, quando o mínimo obrigatório é 15%.
- Quanto às despesas com pessoal do Poder Executivo e Administração Indireta o montante líquido foi de R\$ 312.073.865,46 representando assim 52,38% da Receita Corrente Líquida. Observamos que nos quadros de avaliação e cumprimento das metas fiscais, os valores da LDO estão atualizados conforme artigo 11 da Lei Orçamentária de 2019.



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Dívida Pública Municipal em 30/04/2019

Dívida Consolidada

1. Dívida com a Previdência (INSS) parcelamento	29.396.994,87
2. Precatórios Judiciais.....	59.656.371,24
3. Previdência Municipal	132.016.409,45
4. SABESP	14.532.221,91
5. PASEP	1.938.778,57
6. FNDE	543.683,87
7. Celso Salles	475.007,00
Total da Dívida Consolidada	238.559.466,91

Dívida Flutuante

1. Restos a Pagar exerc.anterior	12.872.202,15
2. Empenhos a pagar processado do exercício	46.062.335,07
3. Depósitos e Cauções	291.180,00
4. Consignações	1.127.807,86
5. Credores Diversos	36.801.341,35
Total da Dívida Flutuante	97.154.866,43

(+) Dívida Consolidada	238.559.466,91
(-) Deduções	-
Ativo Disponível	53.037.972,04
Cx.bancos PMI	329.588,40
Aplicações financeiras-PMI	50.121.761,80
Cx.Bancos -Câmara	2.586.621,84
Haveres Financeiros	(95.586.311,40)
Outros Créditos	1.568.555,03
(-) dívida flutuante	97.154.866,43
(=) Total da Dívida Pública Líquida	238.559.466,91



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais

1º Quadrimestre de 2019

Resultado Nominal e Dívida Pública Municipal

Tabela 2 (em R\$ 1,00)

Especificação	Posição em 31/12/2018	LDO 2019	Posição no Final do Quadrimestre
Dívida Pública			
Consolidada (I)	247.099.984,10	196.614.000,00	238.559.466,91
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Dívida Confessada	184.276.682,66	135.608.000,00	178.903.095,67
Demais Dívidas	62.823.211,44	61.006.000,00	59.656.371,24
(-) Deduções (II)	-	-	-
Ativo Disponível	41.935.412,81	33.174.000,00	53.037.972,04
Haveres Financeiros	(122.150.483,82)	(77.657.000,00)	(95.586.311,40)
Outros Créditos	68.850,56	79.000,00	1.568.555,03
(-) Restos a Pagar	82.619.857,31	77.736.000,00	58.934.537,22
(-) Depósitos	252.726,00	-	291.180,00
(-) Consignações	3.244.894,88	-	1.127.807,86
(-) Credores Diversos	36.101.956,19	-	36.801.341,35
Dívida Consol. Líquida (III) =(I-II)	247.099.894,10	196.614.000,00	238.559.466,91
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (III)+(IV)-(V)	247.099.894,10	196.614.000,00	238.559.466,91
RESULTADO NOMINAL	5.539.367,88	25.504.000,00	(8.540.427,19)



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais

1º Quadrimestre de 2019

Receita, Despesa e Resultado Primário

Tabela 1 (em R\$ 1,00)

Especificação	LDO 2019	Realizado no Quadrimestre	Realizado no exercício	(%) LDO
RECEITAS FISCAIS				
Receitas Correntes	817.697.400,00	231.520.064,05	231.520.064,05	28,31
Receitas de Capital	21.490.350,00	2.019.839,81	2.019.839,81	9,40
Subtotal	839.187.750,00	233.539.903,86	233.539.903,86	27,83
(-) Deduções				
Rendim. Aplic. Financeiras	8.066.237,00	379.871,37	379.871,37	4,71
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das deduções	8.066.237,00	379.871,37	379.871,37	4,71
I – TOTAL DAS RECEITAS FISCAIS	831.121.513,00	233.160.032,49	233.160.032,49	28,05
DESPESAS FISCAIS				
Despesa Corrente (Orçam. e R. Pagar)	722.771.553,00	194.725.085,93	194.725.085,93	26,94
Despesas de Capital (Orçam. e R. Pagar)	79.000.635,00	10.816.194,16	10.816.194,16	13,69
Reserva de Contingência	37.415.562,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	839.187.750,00	205.541.280,09	205.541.280,09	24,49
(-) Deduções	-	-	-	-
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	18.500.000,00	1.905.092,88	1.905.092,88	10,30
Subtotal das Deduções	18.500.000,00	1.905.092,88	1.905.092,88	10,30
II – TOTAL DAS DESPESAS FISCAIS	20.687.750,00	203.636.187,21	203.636.187,21	24,81
III – RESULTADO PRIMÁRIO (I – II)	10.433.763,00	29.523.845,28	29.523.845,28	



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Neste momento, o Vereador **Carlos Alberto Gomes Santiago Barbosa – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento** franqueia a palavra aos Senhores Vereadores. Com a palavra a **Ver. Adriana Aparecida Félix**: Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns questionamentos. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes**: Está com a palavra a Vereadora Adriana. **Ver. Adriana Aparecida Félix**: Secretário, boa noite a todos. Secretário, no exercício da previsão “A”: O porquê dos R\$ 21.640.350,00 (vinte e um milhões, seiscentos e quarenta mil e trezentos e cinquenta reais), previstos nas receitas de capital, no balanço orçamentário, só chegaram até agora no Município, R\$ 2.019.839,81 (dois milhões, dezenove mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos)? O que está acontecendo com essas receitas? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato**: Vou pedir auxílio aqui para o nosso amigo Adalberto. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza**: Boa noite. Vereadora, referente às receitas, nesse momento, eu não posso dizer à senhora o que aconteceu, precisaria ver o relatório de todas as receitas e apontar: essa não arrecadou... é que temos receitas de capital do SUS, de convênios, que até o momento não se realizaram. Mas eu não posso dizer para senhora nesse momento, pois não temos esse relatório aqui. **Ver. Adriana Aparecida Félix**: Entendi. É possível encaminhar depois, Adalberto? **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza**: É possível fazer encaminhamento com apontamento de cada receita que não se realizou até o momento. Eu me comprometo a passar pra você. **Ver. Adriana Aparecida Félix**: Posso continuar? Do que se trata a receita: delegação de serviços, aquelas que são da concessão, está previsto um valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões), e até agora não ingressou nenhum valor. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato**: Vereadora, esse valor, é uma expectativa que já vem de alguns exercícios. São as receitas oriundas da Sabesp, que seriam o aporte e os serviços que foram previamente acordados. **Ver. Adriana Aparecida Félix**: Também nas receitas correntes, foram previstas R\$ 90.276.595,00 (noventa milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais), e até agora só arrecadou, R\$ 1.075.507,84 (um milhão, setenta e cinco mil, quinhentos e sete reais e oitenta e quatro centavos). **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato**: Essa informação refere-se à dívida ativa do município. A prefeitura vem há algum tempo..., ela trabalhou com o REFIS. Dessa última tentativa, foi feito algo um pouco diferente, que foi a cobrança mais efetiva ao cidadão. Então, está se tentando resgatar essa dívida ativa. Vou te dizer por acompanhamento, não é da área de finanças. A gente percebe muito, que a população, ela não está deixando de pagar por que quer. Nós vemos a dificuldade da população em corresponder com seu pagamento, seja qualquer tributo: IPTU, ISS e os demais. Então, isso é a dívida ativa que nós temos



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

inscrita, mas que está um pouco difícil de arrecadar. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Lá no demonstrativo do resultado primário, existe uma diferença entre a meta fixada no anexo das metas fiscais da LDO para o exercício de referência, tem um valor negativo de R\$ 1.066.000,00 (um milhão e sessenta e seis mil reais), e o valor apurado no primeiro quadrimestre, soma R\$29.523.845,28 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos.) positivos. A meta estipulada na LDO é aprovada, não será atingida? Por que já se passaram quatro meses. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Na verdade, a meta está sendo atingida com folga, olhando por esse número. Por que como estávamos falando, esperando no final do exercício, ficaria um resultado primário negativo. Até o momento, está com um valor muito maior que o esperado no final do exercício, porém, nós estamos no primeiro quadrimestre, e o que está colocado na LDO, é o que se espera para dezembro. Então nesse momento você pode analisar assim: Se apresenta com uma posição melhor que o esperado. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Entendi. Secretário; lá no relatório nominal: Você leu, e tem uma diferença grande. Quando você leu no quadro resultado nominal, existe uma diferença grande, por que no valor de R\$25.504.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quatro mil reais), positivo, e o valor apurado no primeiro quadrimestre que soma, é R\$ 8.540.427,19 (oito milhões, quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), porém no relatório, está negativo, e no seu relatório veio como positivo. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Ele é negativo, no sentido de que se você pega a dívida atual, menos a dívida do período que se está comparando, então a dívida atual, sendo menor do que estava antes, essa conta dá negativa. Mas o fato de estar negativa, significa que diminuiu a dívida. Isso que ele colocou no relatório como sendo positivo, no sentido de que melhorou. Você entendeu, vereadora? **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Entendi, mas não seria importante, no relatório ter uma explicação de que seria negativo, porém, com a explicação dessa questão. No portal ele consta negativo. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** É negativo, mas é o resultado da posição do quadrimestre anterior ao que estava em dezembro de 2018. Essa conta fica negativa. Você pega o resultado de hoje que é menor em comparação ao que estava em 2018, no final ele dá um saldo negativo. Significa que diminuiu a dívida. É essa a leitura. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Aqui no relatório está dizendo assim, senhor Adalberto: considera como saldo da dívida fiscal líquida, no final do exercício era de R\$ 247.099.894,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, noventa e nove mil e oitocentos e noventa e quatro reais), passando no final do quadrimestre em 30/04/2019 para R\$ 238.559.466,91 (duzentos e trinta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos). Entendi. Lá nos restos a pagar, existe um saldo de R\$ 12.872.202,15 (doze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e dois reais e quinze centavos), que está comentado no relatório de vocês.



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Esse é um resto a pagar, é isso? **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** São restos a pagar, que vêm dos exercícios anteriores. Saldos de restos a pagar. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Restos a pagar de exercícios anteriores. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Sim, exatamente isso. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Lá no quadro de restos a pagar, onde tem a discriminação das secretarias, na secretaria municipal de finanças, tem um restos a pagar de R\$ 6.672.234,94 (seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro reais). O que é esse restos a pagar? Está no quadro da secretaria de finanças. Acho que é a secretaria que tem mais restos a pagar. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Provavelmente, precisaria ver com mais detalhes, mas é decorrente de empenho de precatórios, Nós temos um depósito no Tribunal de Justiça, e o Tribunal de Justiça ainda não havia pago ainda os credores. Então por regra, nós tivemos que fazer o empenho ao Tribunal de Justiça, aguardando que ele nos forneça a relação dos pagamentos. Acredito que esse valor a que você está se referindo, seja em parte esse valor: **Ver. Adriana Aparecida Félix:** No relatório que tem a discriminação por secretaria, chamou a atenção pelo valor, pois é a secretaria que mais tem restos a pagar. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** E como o Tribunal de Justiça não pagou até o presente momento, continua lá em restos a pagar. **Adriana Aparecida Félix:** Entendi agora. Lá em despesas com pessoal, atingiu o percentual de 52,38% (cinquenta e dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento), da receita corrente líquida, que já está acima do prudencial, que é 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento). É isso? Por que isso ocorreu? Você consegue pontuar pra gente? **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Por que ocorreu acima do prudencial? **Ver. Adriana Aparecida Félix:** É, está acima já. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Isso demonstra a nossa atual posição em relação à despesa com pessoal. Na tem como fazer nenhuma manipulação nesses dados, pois é o que se está gastando com o pessoal nesse momento. Essa posição é uma referência de abril e mais onze meses anteriores. Vamos admitir, que até o final do exercício, temos que fazer um esforço no sentido de chegue no final de dezembro com cinquenta e um e três, que é o prudencial. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** O senhor não consegue pontuar as medidas que estão sendo tomadas pra reduzir essas despesas, consegue senhor Adalberto? **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Eu não me atreveria, não sei se meu colega teria alguma coisa pra falar sobre isso, mas é um assunto que não é do nosso alcance, entendeu? **Ver. Adriana Aparecida Félix:** O último questionamento: na dívida consolidada, o que compõe o valor de R\$ 14.532.221,91 (catorze milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), que está registrado como parcelamento e renegociação de dívidas com instituição não financeira? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armillato:** Neste caso, nós temos a Sabesp. Nós temos um débito com a Sabesp, que há algum tempo deixamos de



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

cumprir as obrigações com eles também... *(fala alguém da platéia)*. Eu não entendi totalmente. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Pode entrar, se quiser fazer o questionamento aqui, não tem problema, pode usar aqui, não tem problema. O secretário aqui vai responder pra gente. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Esclarecendo. Se for com relação à Sabesp, essas dívidas vêm de várias gestões passadas. Não temos aqui os exercícios pra demonstrar para os senhores, mas a Sabesp, por ser uma empresa do Governo do Estado, tinha um encontro de contas, pois a prefeitura devia pra Sabesp, mas a Sabesp também deve à prefeitura. Ia se fazer um encontro de contas para que as duas partes cumprissem as suas partes. Aí, o que aconteceu: Nós fizemos o parcelamento, e a Sabesp, num outro tópico aqui, vai fazer um aporte para o município, para obras. Então, isso foi equacionado de uma forma jurídica. Então esta dívida com a Sabesp, não é de agora. Isso é uma coisa que ocorria há muito tempo. Justamente porque a Sabesp também devia. Era um entendimento que eu não posso certificar, pois é de outra época, mas é assim: eu te devo e você me deve, nós vamos acertar, a coisa foi se ajustando. Aí, legalmente foi feito um ajuste em que a Sabesp vai fazer o aporte, e nós estamos pagando aquilo que deveríamos pagar. Nós estamos falando da Sabesp na parte dos consumos dos próprios municipais. Então, por exemplo, as atividades que têm os próprios da Prefeitura, que ficaram sem o pagamento devido. É por conta, digamos assim: A Sabesp também devia pra Prefeitura, por isso que nenhum dos dois tomou medidas. Digamos assim: "vamos parar com isso, vamos cortar sua água", por que a Sabesp deve também para o Município. A gente chama de um encontro de contas... *(público se manifesta)* **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Vou fazer um complemento aqui, secretário, até pra explicar pra população que está aqui, o que acontece muito. A Prefeitura não deixa de ser um serviço essencial, então a Sabesp não pode chegar e simplesmente executar, como a Prefeitura também não pode em alguns casos. Ela entra em processos demorados, como é o caso de reintegração de posse, que demora anos e anos. A justiça, no final dessa história inteira, é o que é mais lento. Mas cabe à prefeitura sim, arcar com os compromissos dela. Inclusive, eu quero fazer uma questão aqui, em relação a isso. Um dos apontamentos do Tribunal de Contas, são os precatórios, que a prefeitura tem por pagar. E eu vejo que ele é um segundo item mais alto, que nós temos aqui na dívida consolidada. São cinquenta e nove milhões. Hoje, qual o planejamento que a Prefeitura realiza pra poder pagar, por que em todos os apontamentos do Tribunal de Contas que recebemos, os precatórios são um dos apontamentos presente em todos. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Uma das coisas que ocorreu também, eu posso dizer nessa gestão, é que os precatórios também estavam com atraso muito grande. Então nós tínhamos problemas por que o precatório pela legislação, você tem que pagar o do exercício dentro de regras, você tem que por em dia e ir avançando até o término do prazo, para quitar. Então, quando esse prefeito entrou, tinha um grande valor, era muito grande. Então foi feito um



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

parcelamento. Esse parcelamento dificultou o pagamento do parcelamento mais o seu exercício. Mas isso, foi feito um acordo, eu não estava presente, mas foi feito um acordo jurídico em que o Tribunal de Justiça deu até os parabéns, pois poucas prefeituras, mesmo com dificuldades, iam até lá pra achar uma saída, porque é maior que a prefeitura, é muito grande. Então nós fizemos um parcelamento, e ficava alguma coisa pra trás, então o Tribunal: "você não pagou o exercício". Mas perante o Tribunal nós estamos cumprindo um acordo para sanar a dívida, pra poder quitar, que até a pouco tempo atrás, era 2020, para todos os municípios encerrarem seus precatórios. Houve uma mudança agora com uma emenda constitucional, por que com a crise em todos os municípios, ela esticou até 2024. Então a gente pretendia pagar o parcelamento anterior mais a do mês, mas não foi possível. Mas o Tribunal de Justiça em nenhum momento, vamos dizer assim, impediu que isso fosse feito. Então, nós estamos tentando eliminar essa dívida. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Entendi. Tenho um outro quadro aqui, da dívida consolidada. Tem um item Celso Salles, R\$ 475.007,00 (quatrocentos e setenta mil e sete reais). De que se trata isso aqui. Por que olhando os itens acima, de certa maneira, são institucionais, mas esse nome não me é familiar, em relação a ser algo institucional. Esse é um fornecedor específico, é isso? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Este é o caso da ETEC. É o prédio onde está a ETEC. Este Celso Salles, é o representante, é o advogado representante. Em um momento, em 2017, o contrato venceu, só que juridicamente, faltava o documento de propriedade, então o setor que seria o responsável por isso, exigiu dele, a documentação necessária. Só que infelizmente, o aluguel vai vencendo, e você está ocupando o imóvel, não iria tirar a escola de lá. Então ficou num impasse jurídico, mas ocupando o imóvel, e isso aqui, é um acordo desse período que ficou sem pagar. Então, foi formalizado um contrato, agora a pouco tempo, e fez-se o indenizatório do passado. Então isso é parcelado, por isso que ele apareceu aqui. Das outras vezes ele não constava. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Uma outra dívida. O total da dívida consolidada, passa de duzentos e trinta e oito milhões, e eu tenho uma dívida flutuante, de mais de noventa e sete milhões também. Isso me dá um total de trezentos e trinta e cinco milhões, se eu somar duzentos e trinta e sete de dívida consolidada, mais noventa e sete de dívida flutuante. É isso, são trezentos e trinta e cinco milhões a dívida do município hoje? **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Dívida flutuante, não seria de se considerar dívida do município. Dívida do município, é dívida fundada, dívida consolidada. A dívida flutuante, é a dívida de curto prazo, empenhos que vão ser pagos até o final do exercício, então não vamos dizer que é uma dívida do Município nesse momento. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Que eu contraio pra pagar. Feita a solicitação, tenho a dotação, tenho o orçamento, compro alguns computadores para um departamento, e tenho a previsão pra poder pagá-los. É isso, mas ainda está em aberto. **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Essa dívida flutuante que estamos falando, são empenhos que já



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

estão comprometidos. Mas também, temos que levar em consideração, que tem uma arrecadação que está prevista, que vai pagar. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Ok. Em complemento a isso, eu tenho até uma dúvida. No relatório passado, na última audiência que nós fizemos aqui, vocês mostraram uma projeção na casa de oitocentos e oitenta milhões, se não me engano, mas foi pouco mais de oitocentos milhões, e é comum, a gente sempre realizar muito menos do que isso. Eu me pergunto se não seria ideal criar uma projeção orçamentária que fosse mais condizente com a realidade, por que no ano anterior, se não me engano, foi na casa de setecentos e alguma coisa, e nós realizamos quinhentos e oitenta e seis, então eu tenho sempre um déficit, tenho sempre que fazer ajustes, e um detalhe, sempre são ajustes muito grandes. Então quando eu tenho uma projeção muito alta, eu gasto em função da projeção também, sendo que se fosse algo mais justo, eu conseguiria ser mais preciso, até controlar o volume de gastos e eventualmente criar um planejamento pra começar a pagar essa dívida. Então se eu tenho uma projeção, é mais ou menos assim, eu falo isso como empresário: se eu tenho uma projeção de crescer "x" por cento esse ano, geralmente eu vou jogar pra baixo. Eu espero crescer o máximo possível, mas eu vou ter o mínimo possível, por que? Pra não dar o passo maior do que a perna, pra não gerar dívida, pra que o meu ciclo financeiro acompanhe o que for realmente realizado. Eu tenho percebido aqui nesses dois anos e meio como vereador, que é uma prática comum do poder público, não estou dizendo que é só Itaquá não, eu vejo isso em diversas prefeituras, você super dimensionar a projeção financeira, o que cem por cento das vezes ela não realiza, e aí, você tem que fazer adequações. Queria entender um pouco mais, como se faz esse planejamento orçamentário com essa projeção. Por que ele é tão mais alto pra ajustar? **Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza:** Vereador, você tem toda razão, eu acho que deve ser feita uma projeção muito mais próxima da realidade; porém a meu ver, é mais importante ainda, é uma execução responsável, onde você não pratica um déficit, como aconteceu no início de 2108, apesar que as projeções estavam superestimadas, nesse modo de entender, mas não houve um déficit orçamentário, de forma que ter um pequeno superávit, é mais importante que a simples projeção. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Eu entendo, e acho que o gasto tem que ser mais consciente, mas aí, eu fico na dúvida, por que eu também olho os números anteriores. Eu vou pegar lá o restos à pagar do Armando da Farmácia, prefeito da gestão anterior. A gestão do Armando, eu sei que nós estamos falando desse quadrimestre em específico, mas eu entendo que é uma mesma gestão, e que ela é continuada. Então só pra entender. Estou falando da gestão do Armando se não me engano entre oitenta e cem milhões, que foi o restos à pagar dele, não lembro o número exato, pra hoje a gente estar falando em duzentos e trinta e oito. Eu sei que a queda de arrecadação dos municípios pode ser um dos fatores que leve a esse endividamento, mas se esse gasto mais consciente é o que a gente está vendo que precisa acontecer, que



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

o que vem acontecendo. Que por exemplo aconteceu em 2018. Não seria algo que a gente devesse multiplicar ano a ano, pra que essa dívida não aumente? E o que mais me preocupa, não é até o fim dessa gestão, por que a gente já sente muito a falta financeira do município, nas ruas. É buraco, é saúde. A gente esteve aqui há dois dias atrás, na audiência pública da saúde, e em mais de duas horas de audiência nós discutimos diversas coisas e um dos principais motivos, realmente, é a questão financeira. Então, se eu estou trabalhando pra fazer um gasto mais exato, mas eu não consigo enxergar isso, e não estou falando por questão de competência de vocês especificamente, mas talvez algo esteja errado, pois você tem visto esses trabalhos acontecerem, porém a dívida aumentar. Quais os principais motivos disso?

Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato: Vamos voltar ao ponto do valor do orçamento. Tem muita coisa no valor do orçamento que não se concretiza, mas eles são informados por órgãos que vão transferir recursos. Às vezes se tem uma expectativa, e é o caso da SABESP. Ela já vem a alguns orçamentos nossos, com expectativa de ser executado. Ao mesmo tempo, como o Adalberto colocou, como é uma despesa específica, ela não abriu a despesa, por que você controla, como é um recurso vinculado, ela só vai abrir despesa quando você arrecadar. Então, é o que o Adalberto sempre acompanha, temos que abrir, por que ele pode chegar. Por que somos informados pelo FNDE, no caso do FUNDEB, e vários órgãos. Às vezes essa expectativa não se concretiza. Então, você tem toda a razão, por que se você tem a certeza de uma dificuldade como a que gente vem passando, então que fosse menor, como o Adalberto coloca. Da última vez também eu coloquei que tinha uma expectativa da arrecadação de multas de trânsito. Tinha um processo de licitação, não posso dizer, pois é de outra área, que ia ocorrer. Então ficou aquela expectativa: vai acontecer. Então são planos que por algum momento eram factíveis, mas alguma coisa o frustrou. Então realmente é uma preocupação importante. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Na última audiência, numa das duas coisas que eu questionei, tinha no item "diversos", uma projeção de oitenta milhões inclusive, e que no seguinte ele zerou. Aí foi uma das coisas que eu perguntei pra vocês: como somem oitenta milhões de um quadrimestre pro outro, e na época vocês me explicaram que provavelmente aquele recurso era proveniente dessa relação com a Sabesp. Eu pergunto: todo orçamento ele entra de novo? Por mais que você remaneje, orçamento seguinte, você está com ele lá de novo. Foi aquela projeção de entrada desse recurso, não é isso? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Sim, por que ele é aberto pelo equilíbrio? Então, na verdade as suplementações mantêm toda a receita e respeitam a fonte de recurso. Então se é recurso do tesouro, ele era pra ser aplicado em uma determinada situação, se definiu que é importante aqui. Ele sai de lá, mas mantém todo o equilíbrio do orçamento, sempre respeitando as fontes. Você não vai usar algo que, como a Sabesp não vai entrar, então vou usar. Aí sim seria um déficit automático. Então tem todo esse controle, o Tesouro Nacional... As regras, para que a gente não fuja. **Ver. Carlos Alberto Santiago**



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Gomes: Mais dois itens aqui. Tem aqui, as aplicações financeiras da prefeitura de Itaqué, que ultrapassam cinquenta milhões. O que é isso, é a Previdência Municipal?

Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato: Todas as contas bancárias da Prefeitura têm uma aplicação automática. Então, mesmo que elas fiquem com indisponibilidade, por exemplo, se chegar um recurso para uma obra, então mesmo que ele fique por algumas semanas ou alguns dias, ele entra como uma conta com aplicação. Então, ele é definido e separado, como aplicação financeira, mas seria disponibilidade, recursos do FUNDEB, SUS, todos os recursos que entram ficam em aplicação. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Então, basicamente eu teria os cinquenta e dois milhões disponíveis no caixa, é isso. Tem noventa e cinco milhões de haveres financeiros, como ele está composto dessa forma, eu não consigo identificar o que seria esses haveres financeiros.

Dir. de Dep. da Adm. Fin. Adalberto Ap. B. de Souza. Dá pra perceber, que ele está negativo. Significa, que nós temos crédito de um milhão, e a dívida flutuante, ela tem noventa e sete milhões. Então a dívida flutuante, é maior que esses outros créditos que nós temos, de forma que os haveres financeiros, não são suficientes para ter uma redução da dívida consolidada.

Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes: Ok. Entendi. Abro a palavra para alguém fazer algum questionamento. Com a palavra o amigo "Magrão" do Conselho Municipal de Saúde, sempre do sindicato. **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):** De vários conselhos: Conselho Municipal da Indústria e Comércio, de Banco de Alimentos. Boa noite secretário, boa noite vereadores boa noite população presente. Secretário, uma dúvida. Talvez eu não tenha entendido direito quando o senhor falou naquele item do Salles. Eu não consegui entender, como pode alugar um prédio, pagar, não preencher os requisitos e simplesmente parar. Eu não consegui entender essa manobra, por que pra você alugar um prédio pra Prefeitura, primeiramente precisa preencher os requisitos. Aí a Prefeitura descobre que não preencheu os requisitos e para de pagar. Isso não cairia na Responsabilidade Fiscal? Como isso pode acontecer? Eu não consegui entender, desculpa, de repente fui eu que não entendi.

Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato: Perfeitamente. As regras têm mudado muito, eu não posso dar todos os detalhes, por que desconheço o setor de contratos pra esclarecer por que antes podia, e hoje não pode mais. Algum detalhe jurídico foi requisitado e não foi preenchido para esse novo contrato. Então, o que eu poderia dizer que mudou: Quando se formalizava contratos de locação algum tempo atrás (só um exemplo, e talvez eu possa preencher essa dúvida), não se exigia como hoje, detalhamento dentro do contrato. Então, muita coisa, o Tribunal de contas, o Ministério Público, eles vêm editando regras para se cumprir. Existia muito, aquela situação de fazer o contrato e saber de quem é? Ele tem a posse do imóvel, não sei se é permitido ou não. Poderia até ter acontecido em anos passados, alguém que seria proprietário, vir reclamar sobre isso: esse não é realmente o dono. Então, o que aconteceu aqui: era um problema difícil, pois era uma escola do Estado, uma ETEC. Nós não temos



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

outro prédio na cidade pronto, para resolver esse impasse jurídico sem que afetasse os alunos. Então, o que eu posso dizer é que cessou o contrato, o prazo, mas não se descontinuou a ocupação. E o que se fez: reconheceu esta dificuldade, e ele apareceu aqui como um débito. Eu não sei se cheguei ao ponto, pois talvez o cerne da dúvida, o jurídico é que poderia dizer: O que mudou? Aqui tem uma regra, aqui tem uma norma. Não sei se esclareci. **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):** Perfeito, entendi mas não compreendi. Eu não sei se seria o momento ou não, acho que seria oportuno os vereadores fazerem um requerimento no sentido de pedirem um melhor esclarecimento com relação a isso. É óbvio que é jurídico e talvez o secretário não conseguiria responder. Entendi a sua explicação, porém não compreendi, não me convenceram as explicações como cidadão comum. Outro ponto também que eu gostaria de perguntar ao senhor, que não ficou bem claro, e é um debate gigante que tem na cidade, é com relação a esse problema da Sabesp. Possivelmente, como você explicou, foi feito um acordo, e esse acordo previa uma compensação, perfeito? A Prefeitura deve, a Sabesp deve, não sei quem deve mais, não sei quem deve menos, porém, chegou-se a um acordo de se fazer uma compensação. Eu pergunto: não tem prazo? Quem vai pagar quem, quando e por quê? Eu não consigo ver juridicamente, não prever prazo, por que desde quando eu estava como secretário de habitação se fala: "olha, vai sair o dinheiro amanhã, amanhã", mas nunca ninguém apresentou isso. Eu nunca vi ninguém falar às claras quanto que a Prefeitura deve pra Sabesp, e quanto a Sabesp deve para a Prefeitura. E quando quem vai pagar e de que forma. O senhor teria em mãos isso, ou o senhor não tem? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Nós trabalhamos com as informações de registro. Essas informações da concepção do assunto, nós até nem temos detalhes. A gente até tenta explicar, mas a parte do município, nós estamos pagando o parcelamento. Então, o por que pagamos, como o cidadão disse lá: A Sabesp, em 2016, ela pegou essa nossa dívida de contas de água, e inscreveu no Cadin. No dia seguinte, nós não tínhamos mais transferências de recursos, travou o Município, e é uma empresa do Governo do Estado, quer dizer até como ele colocou, não foi um acordo muito bom pra nós, você conhece bem. Aí, nós cumprimos, Município está cumprindo o parcelamento mensalmente. Agora, aquele outro lado Sabesp, a gente não sabe se é uma questão com mudança de governo, isso tem um prazo agora definido, ou é uma questão jurídica por isso que agora, o Governo do Estado talvez tenha contingenciado alguma coisa da Sabesp. Eu não tenho toda a informação. **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):** Entendi, mas não me convenceu, por que, o que a população e isso a gente vê a população reclamando. "Eu não sei se a Sabesp é nossa amiga ou nossa inimiga", porque acaba de fazer o asfalto, luta de anos, a Sabesp vem, faz o buraco e deixa o buraco lá por muito tempo. Eu fico imaginando que parceria é essa que o Município tem com a Sabesp. Sinceramente, eu não consigo entender. Acho que tem que ser uma parceria que você me ajuda e eu te ajudo. Agora esse tipo de parceria, essa relação



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

que a Prefeitura de Itaquá tem com a Sabesp, é eterna e nunca resolvida. Fica aqui toda a lástima de todos metalúrgicos, sete mil e quinhentos metalúrgicos de Itaquá. E por último, obrigado pela sua resposta, mas nem sei se é sua área também. Nós tínhamos aqui um recurso antigamente, nem sei se está funcionando, que era o Banco do Povo, onde se emprestava dinheiro para os pobres. Eu queria saber como está isso. Olha, a informação que eu tenho, é que já veio o dinheiro, porém a prefeitura está enrolando para não emprestar. Eu estou lá no Conselho da Indústria e Comércio: "Olha, o dinheiro está entrando, a Prefeitura é que está enrolando". Então, acho que será oportuno, não sei se é da sua pasta ou não, eu gostaria. Por que o Banco do Povo, é exatamente pra atender o pobre. O pobre quer investir, quer criar empresas pequenas, crescer o Município, fazer o Município gerar economia. E aí, dá a impressão que o gestor não está se ligando muito pra esse caso. Eu não sei se é verdade ou não, estou passando o que me chegou, eu não saberia se é verdade. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Não é da nossa área, mas o que ocorre: o Banco do Povo tem uma contrapartida da Prefeitura, como instalação e infraestrutura, mas a parte do financiamento, não passa pelos cofres municipais. Não passa. Então, se existe alguma dificuldade, com certeza é o órgão. Eu não sei se esse recurso sai por algum banco que financia, ou algum agente financeiro.

Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão): Perfeito. Com certeza será tema da nossa reunião no Conselho de Indústria e Comércio. A explicação que o senhor deu, vou levar lá, e se pairar mais alguma dúvida nós discutimos novamente. Obrigado.

Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes: Alguém do público, pra fazer alguma consideração? (*manifestação do público*). Queria te pedir para entrar, para que fique registrado no áudio, por favor. Qual o seu nome? Wilson, por favor Wilson.

Wilson Ribeiro: Boa noite, boa noite a todos. Eu queria saber, referente a esses buracos, que a prefeitura vai lá, tampa, cai uma chuva e já destampa tudo. Eu queria saber, por que a matéria prima não é importante pra continuar, pois ela não aguenta uma chuva? Na primeira chuva que cai, o buraco já é destampado. Estou falando isso por que já estourei o amortecedor do carro, já estourei burrinho de freio, já estourei a roda do meu carro, entendeu? Eu queria saber, por que essa matéria prima, na primeira chuva já se desfaz? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Wilson, nós

somos da área contábil, e não temos muita explicação pela questão operacional. Então esse assunto, a gente não tem o domínio pra poder te explicar. Talvez tivesse que ser formulado pelo canal, para se verificar a questão da aplicação e da execução do trabalho. Você me desculpe, mas eu não tenho detalhamento sobre essa aplicação, nem conheço o processo. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:**

Só pra complementar a resposta aí, a sua questão é mais pertinente à secretaria de serviços urbanos. Até me comprometo, com os demais vereadores, a ir com você, pra que a gente faça essa cobrança direto com o secretário lá. Mas vale ressaltar, já que estamos falando da Sabesp, boa parte desses buracos também é culpa da Sabesp. Ela vai lá, faz um reparo e larga lá de qualquer jeito, e quando tapa, tapa de



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

todo jeito. Isso não dá pra tirar, (pra deixar registrado), a culpa do prefeito, pois nem todos os buracos são da Sabesp, então não dá pra transferir a culpa. Tem uma parte deles, que é falta de manutenção mesmo. Então eu me comprometo, com os demais colegas, que a gente vá até a secretaria para que possamos fazer essa cobrança juntos. **Wilson Ribeiro:** Está bom, obrigado. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Mais algum munícipe quer fazer alguma pergunta? **Danieli de Paula:** Boa noite, primeiro eu queria falar a respeito da atualização do site, por que não estão constando os contratos de 2013 a 2015. Isso não está constando no portal da transparência. Outra coisa: quando você fala em gestão passada, você tem que lembrar que a gestão passada é o Mamoru Nakashima, porque nós já estamos no segundo mandato. Então já temos seis anos e meio de mandato, setenta e oito meses. E quando você fala pro Wilson, eu entendi a posição dele. Por que é assim: se você tinha uma dívida, e essa dívida triplicou, antes você tinha asfalto na cidade, e hoje você não tem, antes você tinha iluminação, e hoje você não tem. Você não tem uma inauguração de escola, você não tem uma inauguração de posto de saúde. Então, não justifica triplicar essa dívida se comparar com a gestão passada, por que na gestão passada tínhamos inauguração, tínhamos asfalto na rua, tínhamos iluminação, coisas que hoje nós não temos. Então não justifica você falar de gestão passada, triplicar a dívida, e hoje não termos nada no município. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Danielli, quando a gente fala de gestão passada, a minha referência de dados, não é um ataque, nem uma comparação negativa. Apenas a minha referência é dessa gestão por dados e inclui informações das quais eu participei. Algumas informações, eu não posso certificar, como o pessoal entende, por que eu não posso atestar, pois eu não estava naquele momento. Então aquilo que eu estou procurando localizar no espaço, a gente menciona por que pegou por exemplo. Um exemplo, o precatório. Eu me lembro que o precatório tinha essa situação naquele momento. Você tem razão em cobrar pela população, pelo que você sente como moradora da cidade. O que eu também vivenciei nesse período é que a crise acentuou-se muito. Então naquela época, a gente fala muito em toda a região, esse prefeito, aquele prefeito, sem querer entrar na questão de nomes: "ele executava mais"; sim, é verdade, por que todos viram, mas a questão também, é que as condições para que ele fizesse aquele trabalho, também eram importantes. Então, eu mesmo senti a partir de 2014, assim sentindo no dia a dia, a crise indo apertando. E o que seria a crise pra nós? Uma arrecadação um pouco menor, mais dificuldade, mais responsabilidade e mais obrigações. A gente tem muitas despesas no município, que não são diretamente ao cidadão, mas são obrigatórias. Por exemplo, os controles, eles custaram mais. Então, tivemos que gastar mais com transparência, com estrutura, e talvez tirou isso que você não sentiu de retribuição. Então você tem razão, mas eu não tive nenhuma intenção de desqualificar a capacidade de qualquer gestor do município, mas realmente, muita coisa a gente vem falando. Itaquá, necessita muito, mas a receita não é suficiente para o retorno



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

total. Não sei se esclareço, peço desculpa pela forma. Eu não queria fazer de forma nenhuma, comparação entre capacidades ou de qualquer elemento que tenha ficado. **Danieli de Paula:** Sim por que o prefeito, quando é pré-candidato, entende-se que ele já sabe da situação do Município, promete mundos e fundos pra população e não cumpre. Então vai ser assim. Então a gente não vai votar mais, por que o próximo prefeito vai pegar uma dívida maior, o outro vai pegar uma maior ainda, e se o prefeito não tiver um jogo de cintura, não for um bom administrador, a cidade pára, que é o que está acontecendo hoje. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** O que a gente vê muito, desculpa vereador, é que para poder cumprir todas as regras fiscais, tem que reduzir serviços. O que é restos a pagar e o que é dívida: é a vontade de se entregar, de fazer, mas sem ter a certeza de se fazer, como a gente viu em alguns municípios. O prefeito é bem colocado como gestor, mas se você for ver a fundo, ele fez exatamente o que ele podia. Então é aquela coisa da economia doméstica, se eu não posso fazer em casa, eu não faço. Mas no Município, tem essa questão: tem que ter mais medicamento ou não, tem que ter várias obras que vão na programação, depois que ele contratou, aí vem a receita; aí, não vai ser possível, e eu não posso parar. E eu não posso certificar pra vocês, por que não sou o gestor, nem o prefeito da cidade. Estou dizendo, pelo trabalho que a gente tem na retaguarda. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Entendi, e só para complementar, Dani, a tua colocação é um pouco parecida com a da população, que é a sensação de melhora que a gente não sente. A arrecadação aumenta, a despesa também aumenta, mas os serviços básicos a gente não consegue enxergar na rua, não é vereador? E que a sensação de todos nós aqui e da população, quando anda na rua, é que a coisa não está boa. E o triste é você pelo menos não ter esperança que isso possa melhorar, e isso é o pior de tudo. Por favor, seu nome. **Antonio Ferreira:** Boa noite a todos, eu sou Antonio Ferreira, eu tenho gota e bursite. Pra mim, a maior decepção que eu tenho de Itaquá, que eu tenho quarenta anos de Itaquá, é que esse prefeito, foi péssimo, o pior de todos, por que ele pegava na minha mão na estação, cinco horas da manhã, pegando trem ele prometia a melhor saúde que existia pra Itaquá, e infelizmente pra mim, ele não fez nada, nada, nada. Sabe o que é nada? Nada. Eu vou no pronto socorro, vou no pronto socorro: estou doente, volto pra casa, continuo doente. Daqui a pouco eu vou morrer no pronto socorro. Infelizmente, a Saúde de Itaquá, é péssima, é péssima, e o que eu tenho a falar é só isso. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Se quiser complementar a resposta, apesar do assunto não ser pertinente à audiência, não ser pertinente à Saúde, eu acho que a gente entra na questão financeira também. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Tem os especialistas ali, que podem atestar. O que não resolve o problema da população, a gente sabe, a gente passa por essa situação sim, todos passam por um problema de saúde. O que está definido na legislação: um mínimo de aplicação, tem um mínimo do recurso municipal para aplicação na saúde. O que foi apresentado aqui hoje, o mínimo seriam quinze por



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

cento, isso legal, aqui a parte legal. E foi aplicado até o momento, no período, 21,88% (vinte e um e oitenta e oito centésimos por cento). Isso pra nós técnicos, é um sinal de que está se fazendo não só aquilo que determina a lei, mas está se tentando chegar em algo melhor. A gente quer falar de saúde, é uma coisa que não tem argumento, é a dificuldade, é a única coisa que não tem uma segunda vez. Você está com um problema de saúde, você tem que resolver ali, senão complica.

Tadeu Amaral: Boa noite vereadores, boa noite secretário, boa noite a todos. Eu tinha duas dúvidas, uma em relação ao Celso Salles, que o Magrão já levantou. A segunda, é em relação à Previdência Municipal. Nós viemos aqui duas vezes à câmara, colaborar a aprovar um parcelamento, que eu particularmente achei que não era bom para o Instituto, mas foi aprovado. E aparece aqui na dívida consolidada, esses cento e trinta e três milhões. Desculpe meu pouco conhecimento na análise aqui. O que foi pago desses cento e trinta e três milhões? Por que aparece como dívida, mas eu não vi em nenhum outro lugar, onde tivesse sido compensado parte dessa dívida, ou toda. O segundo ponto, eu não ia tocar, mas como foi citado os vinte e um por cento na saúde, aí eu tenho uma dúvida, é o que foi gasto ou é o que foi empenhado? Por que empenho é uma coisa, e o que foi aplicado nem sempre é o mesmo resultado, até pelo processo administrativo e de trabalho. Então, eu tenho essas duas dúvidas, a questão da previdência e a questão se esses vinte e um por cento é resultado do empenho, ou é o que foi realmente investido na Saúde. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Primeiramente, essa questão da previdência, esse o valor ainda que nos resta, futuro ainda que nós temos de obrigação a cumprir. O que já foi pago, foi amortizado. Então, ele vem aqui em outra apresentação daquilo que é a amortização das dívidas. Nós não temos aqui, um detalhamento dessa projeção. Quanto foi exatamente parcelado no momento, quanto foi pago, e quanto falta. Nós estamos em dia com o parcelamento da previdência. Por que é uma coisa que realmente tem que chegar um momento pra equilibrar. A dificuldade da previdência, é que nós temos um índice suplementar, que nós temos que cumprir, então a cada ano, vai aumentando a obrigação. E de outro lado, desculpe voltar a esse assunto, então ela aumenta aqui, mas a receita, ela continua ou igual ou menor. Então, essa não tem como fugir, alguma coisa sempre vai faltando nas obrigações, nas despesas obrigatórias. **Tadeu Amaral:** Mas a prefeitura está cumprindo aquele acordo, pelo menos, que está escrito no parcelamento? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Sim, o parcelamento está em dia. E a outra questão, aqui ele pega o campo, no relatório, de liquidados. Então, o que são os liquidados na linguagem, eu sei que o senhor entende, mas só para esclarecer. O liquidado, é quando já recebeu o material ou o serviço. Então, nós temos as comparações nos relatórios, que estão disponíveis: a despesa empenhada, que como o senhor falou, um dia vai acontecer, mas a comparação, é com a liquidada. Aquilo que já foi entregue ou executado. **Aparecida Cardoso da Silva:** Boa noite a todas e a todos. O que eu realmente quero estar perguntando, foi



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

um questionamento que eu fiz lá na parte que a gente teve agora, na audiência pública da Saúde. Eu sou do Conselho da Saúde, assim como de vários outros conselhos, mas o da saúde, como eu coloquei a minha grande indignação, são as emendas que retornam. E dentro do Conselho da Saúde, nós aprovamos um parcelamento referente a emendas de um milhão e seiscentos, que a prefeitura tem de dívida com o Estado. Que foram emendas, que vieram uma parte dessas emendas, porém agora o Município tem que devolver. Onde, como ali eu vi toda a parte municipal, mas onde consta essa dívida? Ela não teria que aparecer em algum relatório, ela não faz parte de uma dívida do Município? Então, em qual lugar ela fica detalhada, uma dívida de parcelamento de emenda? Vamos colocar, essa que eu vou usar é a do CAPS, que é uma emenda federal, não é nem estadual. Nós chegamos a ter a emenda do CAPS, a primeira vez, mas que não veio nada desse valor de um milhão. Na segunda emenda do CAPS Álcool e Droga, era de um tomógrafo, foi repassado para o CAPS Álcool e Droga, e aí veio o projeto, o conselho acompanhando, e chegou a ser liberado noventa mil, porém ele não saiu do papel e por falta de projeto, retornou. Mas agora, o Município tem que devolver os noventa mil. E quando foi apresentado ao Conselho da Saúde, da gestão anterior, vamos dizer assim, que não era o Mamoru, tinham apenas duas emendas que teriam que ser devolvidas, as demais, são todas desta gestão. Então, se foi parcelado para o Município não ficar mais inadimplente e receber emendas, onde consta o valor dessa dívida? Por que olhando assim em todo esse demonstrativo, a gente não consegue estar vendo. **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Você, que é participativa na Saúde, nós não temos esse detalhamento. O que aconteceu: vem o recurso, você não aplica, ele retorna. Não seria uma dívida, seria uma quebra de objetivos. "Eu te dei, você não cumpriu, então é justo devolver". Agora eu não tenho detalhes dessas ações, exatamente dessas unidades. É, não teve nenhum ajuste pra devolução. **Aparecida Cardoso da Silva:** Então é isso que eu não consigo entender, é até uma coisa que depois fica de sugestão pra você ver, por que passaram ao Conselho, foi explicado num demonstrativo, todos os valores que vieram, de todas as emendas que vieram, vamos dizer assim: eles mandam um valor pra você iniciar, e aí quando o projeto não vem de acordo, aí o que acontece? O valor que veio, tem que ser devolvido, corrigido e tudo. Chegaram a perguntar os valores até dos juros, e de tudo que seria referente a essa dívida, e como seria o parcelamento e se o conselho aprovava. Foi aprovado para que o município não ficasse mais inadimplente. Mas ninguém consegue dar informação desse parcelamento! Está cumprindo, por que vamos dizer: Eu entendo assim, se eu parcelo minha Casas Bahia, que a gente que é pobre, fala dessa maneira, Casas Bahia, que cada um tem o seu parcelamento não é? Mas se eu vou lá e negocio minha dívida, automaticamente meu nome fica limpo a partir do momento que eu pago a primeira parcela. Se de repente eu não pagar, meu nome vai voltar a ficar sujo, não é assim? Tanto é, que um bom caloteiro, ele limpa, e logo em seguida ele



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

já não paga mais, e já fica sujo, e já fez o que ele precisava. Entendeu? É isso que eu quero saber, por que se você faz um parcelamento, como você colocou o parcelamento da Sabesp, que vem cumprindo, aqui também vem cumprindo o da previdência. Então são parcelamentos PASEP, que é um direito do trabalhador, está sendo cumprido. Mas e essas emendas, vamos ficar inadimplentes? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Como eu não tenho detalhes, talvez ao invés de ser uma dívida, fosse uma devolução. Não sei. Então por exemplo: tem um termo de ajuste de convênio, tem condições, você não cumpriu as condições, automaticamente no termo, diz o que vai ter que fazer. Então, a restituição dos valores, esse atualizado. Por que como o recurso que chega, também fica na conta atualizando, é aquele valor todo, o principal mais a atualização, que é devolvido. Então, aqui nós não temos nenhum parcelamento, eu posso dizer pontuado aqui, eu posso dizer Ministério da Saúde ou algum órgão federal ou estadual. Então, uma sugestão: como a Secretaria da Saúde tem um grupo gestor, e trata o antes e o depois, então antes da coisa concretizar, eles estão firmando convênio, estão apresentando projetos. Talvez eles tenham o nascedouro dessa sua dúvida, onde essa unidade vai poder dizer se é um convênio, se é uma dívida ou se é um parcelamento. Parcelamento aqui, realmente, não foi. **Aparecida Cardoso da Silva:** E agora, só colocando uma outra parte que não fica nem na parte que está sendo apresentada, mas vamos colocar assim: Como a munícipe colocou, é uma indignação de todos nós munícipes o que acontece dentro do município hoje. Se você for olhar apenas os serviços básicos, você já vê o quanto está triste a situação dentro de Itaquá. Essa é a nossa realidade. Aí só vejo falar "mas a receita está diminuindo", então a receita vem diminuindo. Só que vamos parar e pensar. Olha quanto de moradia que hoje nós temos em Itaquá que são irregulares. Quantas vezes foi falado, de toda a parte, que tem que ser feito uma reforma. Cadê a parte da habitação? Cadê essa reforma? Cadê, aquele trabalhador que comprou aquele terreno lá? Lá perto da minha casa tem, eu moro no Maria Rosa, então ali tem vários terrenos que estão todos irregulares. Pessoas que investiram sua vida inteira num terreno daqueles. Então não é mais fácil ir lá ver, visitar aquela família e fazer toda essa parte? Eu garanto, que como bom trabalhador, ele vai pagar o IPTU dele. Aí, essa receita vai subir. Então, são coisas que nós que somos moradores, que somos pessoas simples, que somos trabalhadores do dia a dia, conseguimos ver, e quem está dentro da questão, não consegue. Eu falo normalmente até, quando a gente fala muito de política na minha casa. Na minha casa a gente fala de política o tempo inteiro, então, como a gente fala muito sobre isso, o que a gente coloca: Eu creio assim, que se nós tivéssemos sempre pessoas capacitadas naquelas partes que são secretarias, se o secretário, é um cargo de confiança e não é uma pessoa totalmente capacitada, que o Adjunto seja, que aí, a secretaria funciona. Não é o que acontece infelizmente hoje em Itaquá, a gente vem vendo. E aí, vai embora pra sua casa agora nesse horário. Está totalmente abandonado, tudo escuro. E lá são



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

pessoas que merecem o mínimo de respeito, vamos dizer assim. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Cida, eu posso dizer que conheço muito bem, por que também é o caminho da minha casa, e vou dizer que não faltam solicitações para resolver iluminação, pra tapar os buracos, entendeu, pra mais segurança. Mas infelizmente nós não somos atendidos. E o que acontece: hoje a demanda dos munícipes não é atendida. Eu, não apenas como vereador, mas como munícipe, não me sinto representado pelo senhor Mamoru Nakashima. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Posso fazer um comentário, nobre? Na questão que a Cida colocou, da regularização, nós aprovamos aqui com o prefeito Mamoru, um acordo em referência à Sabesp de sessenta e nove milhões, nós autorizamos e o prefeito firmou um acordo. Dos sessenta e nove milhões, quarenta milhões, é para a infraestrutura, e o prefeito tem que apresentar projetos de infraestrutura, pra esses quarenta e nove milhões. E vinte milhões é para regularização fundiária, que é o caso do Maria Rosa. No município, hoje tem um convênio com Cidade Legal desde 2008. São cento e oitenta e quatro núcleos para regularização. E até agora não houve regularização de nenhum, entendeu? **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):** Posso fazer um comentário sobre isso aí? Olha, eu não sei se é pertinente ou não, mas aproveitando o que a Cida falou, talvez seria até os vereadores aprovarem um requerimento, e convocar os outros secretários adjuntos pra prestar contas, pra sentar com os outros dois que estão ali, vir aqui prestar contas pra população. Talvez seja pertinente, aí vamos conhecer todo mundo. E aí, voltando ao relatório que eles apresentaram, eu observei no penúltimo item, onde fala exatamente da saúde. Gastou vinte e nove milhões e pouco, totalizando 21,88% (vinte e um e oitenta e oito centésimos por cento), quando o mínimo obrigatório, é de 15% (quinze por cento). Então, em tese, atingiram a meta dos números, por que eles trabalham com números. Aí, cabe aos dezenove vereadores e a população fiscalizar isso aqui em loco, pra saber se isso está sendo gasto ou não. Aí é que vem o questionamento. O questionamento, não seria nem pra isso, por que eles apresentaram os números, eles trabalham com números, isso aqui não mente, concorda ou não? Eu queria ser solidário com o senhor que veio aqui. É exatamente o que a população sente hoje. É um problema do país? Correto, é um problema do país, mas nós estamos cuidando de Itaqué. E aí compete a todos os vereadores, aos dezenove. Agora tem vereador indo em área invadida, e defendendo a invasão. Não vai aumentar a arrecadação nunca. Eu moro há quarenta e dois anos em Itaqué, temos que melhorar, eu pago meus impostos, nós queremos que tudo melhore, mas enquanto nós tivermos vereadores defendendo invasão, não vai melhorar, gente, não tem como, por que eu cobro lá meus serviços básicos, mas o morador lá da invasão ele também está cobrando serviços básicos que precisa, ele é um ser humano, mas precisa legalizar. Eu defendi a legalização, defendi tudo isso enquanto secretário e não avançou. E o próprio Governo do Estado tem programa específico pra isso, e está travado. Pelos números, está perfeito, está aqui, eu li com



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

atenção. Precisa ver na prática onde estão sendo gastos esses valores, e como estão sendo gastos. Aí é que está a torneira, aí é que está o gargalo. Por isso compete a todos os vereadores, não são só nove, não são só três. E o próprio conselho vai fazer esse trabalho muito próximo da população, e vai contar com a população. É simplesmente pra ser solidário com a reclamação do senhor que estava ali. Obrigado. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Posso fazer um comentário, senhor presidente? Até em questão sobre o que o Magrão colocou, e eu, enquanto profissional de saúde, eu entendo que o gestor tem que fazer um planejamento: Eu tenho "x", e vou fazer isso. Por que hoje, cumprir a meta dos valores da percentagem, é até fácil cumprir, por que são números. Mas eu tenho que saber qual é o anseio, e se eu não souber planejar em cima do que está acontecendo hoje com a crise, eu não vou conseguir mesmo. Então, eu tenho que ter prioridades. Eu acho que o que falta na gestão é ter as prioridades dos gastos nessa questão da Saúde. E dizer, Magrão, que nós convocamos os secretários para que venham até aqui dar explicações de alguns itens, e infelizmente eles não comparecem. Nós já convocamos o Eduardo, convocamos o Roberto Kimura, convocamos os técnicos da Saúde até por questão da dengue, e eles não vieram. O prefeito manda documento, às vezes apresenta alguma justificativa, e eles acabam não vindo. E aí, as determinações das últimas vezes, é a gente estar encaminhando ao Ministério Público. E por falar em questão da fiscalização, nós estamos sim fazendo a fiscalização, porém o prefeito fez cinco ações judiciais, pedindo que os juízes não autorizassem que os vereadores cumprissem o artigo 10 da lei orgânica, que seria a fiscalização, e o juiz negou. Então, nós estamos indo, porém quando a gente vai, (até o Roni está aí da Saúde), estivemos no setor de almoxarifado, estava ele, o Ivan, o Richard. Nós estivemos lá, eles nos atenderam, e todos os questionamentos que nós fizemos eles contemplaram, porém em algumas unidades, os diretores dizem que estão proibidos de nos darem as informações. Então, nós estamos com bastante dificuldade pra fazer essa fiscalização. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Vereadora, aproveitando o ensejo, como surgiram diversas dúvidas referente à questão financeira, e Saúde, e aplicação desses recursos, gostaria de deixar registrado em ata aqui, que vamos fazer um requerimento solicitando o senhor William Harada, pra vir a essa Casa de Leis prestar esclarecimentos. Nós esperávamos muito que ele viesse, mas como ele não pode vir na audiência de quarta feira, que era da Saúde também, que é uma pasta que ele também é o secretário. Então, vamos fazer a convocação direta pra que ele venha. Vamos ver se ele vai fazer o mesmo papel dos demais secretários que não quiseram mais vir prestar explicações, mas pelo menos fica documentado pra depois tomar as próximas medidas cabíveis. Mais alguém para fazer uso da palavra? O senhor Heleno, ali, tinha solicitado. **José Heleno Antonio Pinto:** Boa noite. Só pra explicar pra senhora aqui, como funciona a questão das emendas, e para o senhor Adalberto. O senhor Adalberto sabe. Se a emenda vem, está na sua pasta, ela fica



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

lá. Ela é uma conta específica, você não pode utilizar esse recurso, ou se você usar ele dentro do mês, até que o mês feche, você tem que devolver. E quando a emenda não é cumprida, aí você tem que devolver ela na sua totalidade corrigida de juros. Todo dinheiro público que é vindo do Estado ou da União, ele é depositado em uma conta para rendimento. Ele não pode ficar vago. Em relação ao CAPS, nós deixamos, é um terreno comprado no Jardim Zélia, pra construir a unidade de Saúde, é o CAPS. Seria o CAPS, que na época nós fizemos o levantamento e essa região era a que tinha a maior demanda, então ele seria construído lá. Naquela ocasião, em 2012, a Janete Pietá destinou um milhão, e não foi utilizado; em 2013, ela destinou um milhão e oitocentos mil, que era pra construção do CAPS Infantil, que também não ocorreu, e pra nossa infelicidade a área que foi comprada com o dinheiro da Saúde, pra ser construído o posto, não foi, e o posto foi construído na área que é da Educação. Nem a observação de distinguir uma área da outra, ele teve a capacidade de fazer. Às vezes, nem é culpa do prefeito, quando você contrata mal seus técnicos, quer dizer a gente fica culpando o prefeito? Não, os técnicos são ruins, quando você contrata. Então, secretário que vem assumir só pra dizer que é secretário, não serve. Então quando a gente fala de prioridade, o exemplo, não me lembro se o Tadeu era o presidente do conselho. A primeira vez que eu fui pra Saúde em 2002, tem um fato lá do bairro do Santiago: Posto Piratininga, ele recebeu duas emendas. Uma do Governo Federal, e uma do Governo Estadual. O Toninho, que era o prefeito anterior, gastou a emenda federal, e o posto foi construído com a emenda estadual. Quando nós assumimos, inauguramos o posto, e tivemos que fazer a devolução total do governo federal, por que ela foi pra outra finalidade. Mas as emendas, elas têm sim esse caráter. Então ela tem o primeiro momento: o ministério abre, o deputado indica, o corpo técnico, como ele comentou, da secretaria faz o cadastro, ele é aprovado. Hoje o SICOM, ele te libera 10% (dez por cento) pra você fazer os projetos básicos do valor total da emenda. Você aprova, manda para o Ministério, ele dá ok, e ele vai te depositando fatiado. Um exemplo, que o Dr. Mamoru devolveu, nós tínhamos uma UPA já licitada, estava fazendo bate estaca no Tropical, e ele devolveu o dinheiro. Então naquela UPA foi gasto os 10% pra fazer o projeto, mas achou aí no entendimento do gestor, ele achou que não era conveniente, que não tinha o gasto, e você na verdade, não aumentaria custo. Então às vezes a pessoa fez um planejamento que é uma loucura, não: a Saúde ela está planejada para os próximos cinquenta anos. Entra quem quiser de prefeito, ele tem que seguir, por que ela está aprovada pelo conselho de saúde, ela está aprovada pelo colegiado, ela está aprovada na tripartite, pelo Ministério e pela Secretaria de Estado. Então, quem quiser fazer alguma coisa de Saúde em Itaquá, ele não tem pra onde ir, ele pode espernear da forma que for, ele tem que seguir o que está lá. Por que nós fizemos isso? Porque em 2002 nós viemos e construímos e aprovamos e foi. E aí o Armando entrou, e num período de três anos que eu fiquei fora, passaram oito secretários. Quando nós chegamos, até



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

o PSF que nós tínhamos implantado não tinha acabado, e aí nós retomamos. Aí eu falei: agora nós temos que amarrar pra não acabar. Você pode parar a construção, mas você não destrói o plano que está aprovado, que foi construído com o Conselho de Saúde, com a sociedade, por que todo mundo entendeu que naquele momento era importante. Mas a emenda, se caso a emenda estiver, ela está numa conta lá no Finanças, que eles não podem utilizar o recurso. Em um momento, é assim, em um momento ela pode, vamos dar um exemplo do CS II. O CS II foi uma emenda do final de 2004. Eu saí, voltei e ela não estava. Eu aprovei tudo no Ministério, uma emenda de um milhão. O que você ganha; você vai pedindo prazo, renovação de prazo. E deixei com o William, e ele inaugurou quando assumiu. Ele chegou, não sei se o William já estava na secretaria. Mas aquela emenda, era uma emenda de 2004. A pessoa que indicou, até faleceu, o deputado. Mas a gente não pode deixar perder, é um trabalho do técnico da secretaria, pois ele não pode, ele tem que pedir prazo, e os prazos são renovados a cada seis meses. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Só mais um complemento, a gente comentou isso, eu me lembrei aqui. Foi feito uma licitação na casa de vinte e quatro ou vinte e oito milhões para reforma dos postos de saúde. Ela consta aqui dentro dos noventa e sete milhões da dívida flutuante? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** É uma informação que a gente não tem como ver, por que vai ser fornecedor, então precisaria verificar. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Já foi licitado pra reforma de dez ou doze postos, não tem um mês que foi licitado, vinte e quatro ou vinte e oito milhões, se não me falha a memória. **José Heleno Antonio Pinto:** Não atrapalhando, se ele falou que tem o empenho lá, que não executou, o que você está perguntando, está incluso, ele falou o valor. Está dentro do flutuante, então, o que ele já pagou, está liquidado, porque apresentou 21% (vinte e um por cento). Quando ele menciona lá que gastou (o Tadeu até me perguntou aqui), na casa de vinte nove, trinta por cento, é porque essa reforma do posto está na dívida flutuante. Então, quando se chegar no próximo quadrimestre, se ela for realizada, aí ela vai aparecer como liquidada. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Ok. Mais alguém quer fazer o uso da palavra? **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):** Senhor Presidente, é possível? Aproveitando na lista aí, eu quero deixar registrado se possível. Eu vou falar de duas secretarias das quais eu sou conselheiro. A Secretaria Municipal de Segurança Alimentar, ninguém sabe quem é o secretário, nenhum trabalho tem sido realizado no último ano. Então, é uma secretaria importante pra convidar aqui. Quem é o secretário atual, pra prestar conta do que ele está fazendo, por que nós cansamos de convocar, e ele nunca aparece. E a outra secretaria é a Secretaria de Indústria e Comércio. Chamar também, pra poder prestar, pra desenvolver o nosso Município, gerar emprego pra nossa população. O que esse secretário está fazendo, qual a verba que ele tem? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Afinal se trata de finanças, não é? Se eu incentivo, eu aumento a arrecadação. **Aparecido Ribeiro de Almeida (Magrão):** Claro, perfeito, exatamente. Então, quero deixar registrado.



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Convocar esses dois, se for possível, se é que eles virão aqui. Obrigado. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** Vamos deixar registrado a solicitação, nós vamos fazer os requerimentos. Alguém quer fazer uso da palavra? **Secr. Adj. de Fin. Sérgio Ruiz Armiliato:** Até o momento, tudo concluído, proposta apresentada. Não havendo questionamentos, o Vereador **Carlos Alberto Gomes Santiago Barbosa** – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento encerra a presente Audiência do 1º Quadrimestre de 2019 às 20h00 horas.

Vereador Carlos Alberto Gomes Santiago Barbosa
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereadora Adriana Aparecida Felix
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Élio de Araújo
Vereador

João Batista Pereira de Souza
Vereador

Sérgio Ruiz Armiliato
Secretário Adjunto de Finanças

Adalberto Aparecido Baptista de Souza
Diretor de Departamento da Administração Financeira